

**OLHAR INTERSECCIONAL SOBRE OS PROCESSOS DE
PATOLOGIZAÇÃO E MEDICALIZAÇÃO DO SOFRIMENTO PSÍQUICO DE
TRABALHADORAS NEGRAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

*INTERSECTIONAL VIEW ON THE PROCESSES OF PATHOLOGIZATION AND
MEDICALIZATION OF PSYCHIC SUFFERING OF BLACK WOMEN WORKERS:
AN EXPERIENCE REPORT*

Joyce Bezerra Alexandre de Lima ¹ 

Sergio Dias Guimarães Junior ² 

RESUMO

As ofensivas neoliberais, fundadas na colonialidade, impõem aos sujeitos relações laborais pautadas no desempenho máximo de si. No entanto, certas identidades são capturadas de modos diferenciados pelo discurso neoliberal. A partir do caso de uma trabalhadora do sistema socioeducativo, o relato de experiência analisa, interseccionalmente, como o neoliberalismo, associado ao racismo/sexismo, individualiza aspectos estruturais, impacta na medicalização do sofrimento de trabalhadoras negras e produz efeitos psicossociais que devem ser considerados para uma atuação qualificada. Os resultados demonstraram a necessidade ético-política de discutir criticamente as manifestações do sofrimento e as formas de adoecimento psíquico de mulheres negras nos contextos laborais a partir de uma mirada interseccional, na consideração dos marcadores sociais e das diferentes categorias de exclusão social que as atravessam.

PALAVRAS-CHAVE: Medicalização; Interseccionalidade; Neoliberalismo.

ABSTRACT

Autor corresponde: Sergio Dias Guimarães Junior - sergio.guimaraes@ufsj.edu.br

1 Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

2 Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), São João del-Rei, MG, Brasil.

Neoliberal offensives, rooted in coloniality, impose labor relations on individuals based on maximum self-performance. However, certain identities are captured differently by neoliberal discourse. Based on the case of a worker in the socio-educational system, this experience report analyzes, intersectionally, how neoliberalism, coupled with racism/sexism, individualizes structural aspects, impacts the medicalization of Black women's suffering, and produces psychosocial effects that must be considered for qualified action. The results demonstrated the ethical-political need to critically discuss the manifestations of suffering and forms of mental illness of Black women in the workplace from an intersectional perspective, considering the social markers and different categories of social exclusion that permeate them.

KEYWORDS: Medicalization; Intersectionality; Neoliberalism.

INTRODUÇÃO

No atual tempo histórico, debates acerca dos processos de patologização e medicalização da vida e seus efeitos psicossociais têm ganhado força no campo da saúde mental, em especial no interior da Psicologia brasileira em suas variadas formas de atuação. O presente artigo soma-se a tais esforços e pretende avançar e abordar tal temática a partir de uma mirada interseccional, levando em consideração aspectos sócio-estruturais da historicidade brasileira e os efeitos subjetivos de variados marcadores sociais (raça, gênero, classe e outros) na atualidade, historicamente pautados na colonialidade do saber, do viver e do trabalhar.

Nesse sentido, e considerando o contexto laboral como território fértil para o desenvolvimento de tais reflexões, a intenção deste artigo é analisar criticamente como o neoliberalismo, associado ao racismo e ao sexismo, agrava desproporcionalmente o sofrimento psíquico de mulheres negras em contextos de trabalho. Estima-se que as análises aqui empreendidas possam servir de base para se pensar de forma qualificada as formas de atuação das profissões de Ciências da Saúde na atualidade, especialmente da Psicologia, e contribuir para a efetivação do seu compromisso social assim como para a afirmação de seu caráter ético-político.

Diante desse panorama, observa-se que os processos de trabalho têm sido marcados pela ascensão da gestão neoliberal, doutrina econômica e política

resultante da necessidade do capitalismo de ensejar novas formas de expansão. Tal sistema consiste na reconfiguração mundial de dominação do capital em que preconiza a defesa do mercado como regulador da economia. No entanto, a lógica neoliberal não fica restrita ao mercado econômico. Para o sucesso da expansão da nova norma, era necessário atingir o estado mais íntimo dos sujeitos, a racionalização de seus desejos, para garantir a eficácia da reprodução desse sistema.

Ao moldar as subjetividades a nível individual, o neoliberalismo torna mais fácil a aceitação de condições sociais desiguais, pois leva os sujeitos a acreditarem que todos possuem as mesmas oportunidades para obter sucesso. Esse sistema promove a ideia de que para ser bem sucedido basta ter esforço suficiente, o que obscurece as causas estruturais que provocam profundas desigualdades sociais.

Dessa forma, é importante frisar que o neoliberalismo, ao adentrar em solo brasileiro, aprofundou as desigualdades já existentes, deixadas por séculos de escravidão. As relações de trabalho não escapam da perversidade de tal sistema. Se a colonização trouxe a exploração direta e violenta do trabalho de pessoas negras, o neoliberalismo, com seus ideais de flexibilização e competitividade (HASRVEY, 2011), acentua os resquícios deixados pelo período escravocrata. Outrossim, para certas identidades, tais ideais chegam de forma mais intensa, a depender dos marcadores sociais que se fazem presente em suas subjetividades. Neste caso, mulheres negras são alvos mais vulneráveis do neoliberalismo, por estarem interseccionadas em raça e gênero, visto que, como será evidenciado ao longo do texto, elas são atravessadas pelo culto à performance (EHRENBERG, 2010), tão valorizados pelo neoliberalismo, imposto tanto pelos papéis de gênero quanto pelo racismo.

Apesar de haver ampla discussão sobre o tema do “neoliberalismo” e da “medicalização”, há uma lacuna bibliográfica existente neste âmbito quando se trata dos múltiplos eixos de opressão experienciados por alguns sujeitos, como gênero e raça, que produzem outros modos de agenciamento da patologização e do sofrimento psíquico, em especial no que tange ao campo trabalhista. Não há estudos suficientes que explorem as experiências e adversidades únicas de ser mulher negra e trabalhadora, desafio que este texto propõe investigar. Nessa conjuntura, enquanto profissionais em Ciências da Saúde, não podemos nos retirar da discussão, precisamos estar implicados em acolher e intervir no sofrimento dos sujeitos cientes

de que as queixas trazidas por eles estão acompanhadas por atravessamentos históricos, sociais, culturais e políticos, que se expressam de inúmeros modos.

Para tal, será utilizado um estudo de caso referente a uma experiência de estágio de Psicologia em Saúde do Trabalhador, no Departamento Geral de Ações Socioeducativas - DEGASE, de uma das autoras, em que foi possível presenciar a dimensão de como o neoliberalismo, combinado com o racismo e sexismo, é potencializado na exploração de trabalhadoras negras. Assim, a metodologia utilizada, além do estudo de caso e do Diário de Campo, consistiu em uma pesquisa do tipo exploratória de caráter qualitativa, fundamentada na revisão bibliográfica com levantamento de dados obtidos por meio de livros, artigos acadêmicos e sites, como *Google Acadêmico* e *Scielo*.

PROCESSOS DE PATOLOGIZAÇÃO E MEDICALIZAÇÃO NO TRABALHO SOB A HEGEMONIA NEOLIBERAL

Em “A nova razão do mundo”, Dardot e Laval definem o neoliberalismo não apenas como uma ideologia, mas sim como um “sistema normativo que ampliou sua influência no mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (2016, p. 7). Dessa forma, a racionalidade neoliberal opera principalmente na construção de sujeitos em instrumentos de produção, sendo altamente eficiente devido à capacidade de internalizar suas ideologias no próprio indivíduo, responsabilizando-o pelo seu sucesso ou fracasso, os transformando em “neossujeitos”. O neossujeito é incentivado a ser um empreendedor de si em todas as esferas da sua vida, ele deve ser capaz de se autogestionar, mantendo uma disciplina e competitividade incessante - não somente com os outros, mas com ele mesmo, o sujeito é seu próprio adversário - devendo aprimorar suas habilidades a fim de atender às exigências do mercado. Esse tipo de subjetividade, resultante da lógica neoliberal, define outros modos de viver, trabalhar e socializar no mundo.

Enquanto norma de vida (GUIMARÃES JUNIOR, 2023), o ideário neoliberal forja um cenário de competitividade, e quando materializado no contexto laborativo é marcado pelo individualismo, pela meritocracia, pela despolitização e alienação dos

sujeitos (DARDOT; LAVAL, 2016), agindo na manutenção das lógicas de exclusão e dominação que marcam a sociedade brasileira.

Partindo dessa lógica, no âmbito do trabalho, o neossujeito impõe a si mesmo uma produtividade constante. Ele busca maximizar seus resultados intensificando seus esforços, mesmo que sua saúde seja prejudicada nesse processo. Cabe ao próprio sujeito, através do seu esforço pessoal, dar conta de obter sucesso e se desenvolver profissionalmente, para que não seja um fracasso. Atravessados por esse discurso, aqueles que não conseguem se adequar ao sistema internalizam uma suposta incapacidade, e procuram formas de contornar tal ineficiência, é nesse momento que a indústria farmacêutica ganha espaço. Entrelaçada com o neoliberalismo, a Psiquiatria tornou-se peça fundamental para a realização de novos modos de subjetivação orquestrados por esse sistema. A medicalização passa a ser utilizada não mais em função do tratamento de doenças, mas sim pela lógica do aprimoramento de si, o *enhancement*, levando a uma crescente patologização da vida pela via dos diagnósticos (NEVES *et al* 2020). O remédio seria uma solução rápida e eficaz para ser mais concentrado e produtivo. Portanto, o diagnóstico seria ao mesmo tempo um benefício para se tornar um/a trabalhador/a ideal, mas também traria alívio para o sofrimento emocional do sujeito, pois ele não seria um mau trabalhador/a por não conseguir dar conta das suas demandas, visto que a causa seria um suposto transtorno psiquiátrico.

O processo de medicalização transforma condições e comportamentos não médicos em transtornos, sendo definidos como doença e, portanto, deveriam ter seus cuidados delegados à profissão médica, e este teria a autorização para diagnosticar e tratar esses sujeitos (ZORZANELLI; ORTEGA; BEZERRA JR., 2014). Quando a aliança farmacêutica é incluída nesse cenário, vemos diversas estratégias se difundirem socialmente, dentre elas a modulação da percepção dos sujeitos sobre saúde e doença, que passam a ser vistos como produtos consumíveis e de responsabilidade individual. Essa ideia promove um entendimento de que a saúde e o bem-estar são de responsabilidade do próprio sujeito, deslocando a atenção da influência de causas estruturais. A medicalização aparece como o método perfeito, pois traria uma solução rápida para um problema que na verdade parte de causas sociais complexas.

Diante dos aspectos expostos acima, é importante caracterizar como a lógica neoliberal se expressa em um país como o Brasil, marcado historicamente por intensas desigualdades deixadas pela colonização. Tal lógica desconsidera o fato de que nem todas as pessoas se encontram em condições semelhantes, onde certas identidades são atingidas de maneira específica pelos princípios do neoliberalismo. Pensando nisso, a interseccionalidade é um analisador fundamental para compreendermos de que forma essas identidades são atingidas. Cunhado pela advogada estadunidense Kimberlé Crenshaw, o conceito permite investigar como múltiplos marcadores sociais, como gênero, raça e classe, interagem simultaneamente na expressão de experiências distintas de opressão a depender de quais marcadores o sujeito carrega (COLLINS; BILGE, 2020). Os marcadores sociais não agem isoladamente, eles se interseccionam, esses múltiplos marcadores sobrepostos se reforçam, criando uma rede complexa de dominação que afeta os sujeitos de modos específicos.

Na sociedade neoliberal, a superexploração trabalhista não é o único eixo de dominação, incluindo neste rol gênero, raça e classe. No entanto, esses analisadores são frequentemente ignorados, contribuindo para um sistema que se sustenta através da desigualdade.

Nessa lógica, o sistema neoliberalista se beneficia da manutenção racista e sexista por produzirem trabalhadoras com menores salários e segregadas historicamente em função da raça, dando ao neoliberalismo no contexto brasileiro um novo escopo, o “necroliberalismo” (MBEMBE, 2020). Tal conceito é fundamental para entendermos as práticas que legitimam a morte de “sujeitos matáveis”. O neoliberalismo trata os sujeitos como capital, a/o trabalhador/a tem por única função agir em prol da economia, mesmo que para isso sacrifique sua saúde. Entretanto, para certas identidades, não apenas a saúde deve ser sacrificada, mas também suas vidas, e aquelas que não contribuem para o desenvolvimento econômico da sociedade poderiam meramente ser descartadas: este seria o necroliberalismo. Com isso, vemos como o capitalismo neoliberal tem estendido sua influência e impactado nas construções das relações sociais ao atingir o status de “poder soberano na regulação da vida e do mundo do trabalho, por meio de relações de dominação do abuso do poder diretivo” (FERREIRA, 2020). Nessa conjuntura, de enfraquecimento

dos laços sociais, as mulheres negras são as identidades que encontram-se mais vulnerabilizadas, por estarem interseccionadas em gênero e raça, tendo seu direito à vida digna negado. Para vulnerabilizar ainda mais essas subjetividades, mulheres negras não se reconhecem no mito da fragilidade feminina, como no caso das mulheres brancas, pois nunca foram tratadas nesse lugar de fragilidade (CARNEIRO, 2003), de modo que a condição de ser mulher negra vem carregada de uma não autorização ao cansaço.

As mulheres negras, portanto, constituem as subjetividades mais suscetíveis ao processo de patologização e medicalização diante das fragilidades impostas pelo fazer laboral, por serem alvos do racismo e do sexismo, que impõem a elas tanto as funções do trabalho reprodutivo (HIRATA; KERGOAT, 2007), de cuidado com a família e os afazeres domésticos, quanto com a desconfiança racista no trabalho produtivo (formal) de suas competências, em que são questionadas pela branquitude a todo momento. Elas lidam com uma jornada dupla de trabalho, até mesmo tripla, visto a responsabilidade pelo trabalho produtivo, de cuidado com a família e ainda na lida com os afazeres domésticos, o que caracteriza uma jornada de trabalho ininterrupta. Assim, mulheres negras enfrentam condições distintas comparadas a outras subjetividades, com marcadores que se sobrepõem e influenciam em seus processos de sofrimento e adoecimentos, e que devem ser criticamente analisados por uma mirada interseccional, para serem compreendidas em sua totalidade.

MERITOCRACIA E A EXCELÊNCIA NEGRA

Em linhas gerais, a meritocracia prevê que qualquer indivíduo tem a oportunidade de ascender somente com base no talento e na determinação de cada um. Em contrapartida, aqueles que são insuficientes nesse propósito permaneceriam na base da pirâmide social. Em teoria, seria um sistema classificatório justo pois não considera raça, gênero e classe ou outro qualquer marcador social para determinar as posições sociais a serem ocupadas, visto que dependeria exclusivamente do esforço individual. Porém, a aplicação desse discurso em um país como o Brasil representa mais uma forma de violência contra as pessoas negras, pois é um sistema que beneficia a branquitude ao sustentar uma ilusão de que todos competem em

iguais condições e iniciam no mesmo ponto de partida, além de legitimar que as posições de prestígio ocupadas por pessoas brancas se dariam unicamente por reflexo de seus desempenhos e capacidades, e não em função dos privilégios que sua cor possibilita. É um sistema que mostra mais um mecanismo de proteção da branquitude, por permitir que não sejam responsabilizados pelas condições históricas que submeteram a população negra. A meritocracia ganha um escopo ainda mais perverso por ter o poder de fazer com que subjetividades negras acreditem nesse ideal falacioso de que podem mudar suas condições sociais apenas por mérito próprio, as levando ao esgotamento mental e físico para alcançar o mesmo reconhecimento que a branquitude historicamente se beneficia.

Em “Pele Negra, Máscaras Brancas” (2008), Frantz Fanon argumenta que, ao se deparar com o racismo, o sujeito negro acaba internalizando a visão racista que a sociedade branca projeta sobre ele. Esse fenômeno, psicológico e social, é denominado por ele como “epidermização” onde, tendo o branco como referência de superioridade, o sujeito negro é colocado em estado de subjugação, e ao longo de sua vida absorve esses estereótipos racistas, e passa a enxergar a si mesmo pela lente do branco. Tal internalização leva tanto a desvalorização de si, como também gera um “complexo de dependência” diante do branco, considerando que “é o racista que cria o inferiorizado” (2008, p. 90), também é o racista que vai trazer uma visão positiva dos sujeitos negros. De outro modo, aquilo que o sujeito negro produz apenas poderá ganhar valorização se for reconhecido pelo branco. Essa lógica é uma das consequências mais aterradoras do colonialismo, por colocar o sujeito negro em estado de existência somente através do olhar do opressor. É nessa mesma sociedade que o inferioriza constantemente que o sujeito negro busca validação, entrando em um estado de “aniquilação de seu estar-aqui” (2008, p. 66), de sua individualidade, uma negação de sua identidade, que Fanon caracterizou como uma tentativa da população negra de se adaptar ao modelo de humanidade imposto pela branquitude, adotando valores culturais que os aproximassem dos padrões brancos. Com isso, o sujeito negro se afasta dos valores culturais afrodescendentes, o que contribui para o apagamento histórico dos saberes ancestrais africanos.

Em “Memórias da Plantação” (2019), Grada Kilomba traz a situação de Kathleen, única estudante negra de sua classe, e sua tentativa de “tornar-se uma

representante da ‘raça’” (2019, p. 173) ao performar perfeição em seu desempenho escolar. Para Kathleen, seu esforço individual significaria representar aqueles que foram excluídos, “nunca é ela mesma, mas sim o grupo todo - um grupo sujeito à verificação severa” (2019, p. 174). Verificamos na tática de Kathleen um esforço de construir uma autoimagem positiva de si mesma, de modo a romper com estereótipos negativos dirigidos a toda a população negra. Essa tática envolve agir no plano individual, em que o sujeito negro tende a se destacar e mostrar competência, como forma de transformar a percepção social racista que se tem da população negra no geral. Esse esforço pessoal também está relacionado à busca por ser exemplo para outras pessoas negras, de modo a inspirar todo o coletivo. Essa estratégia pode ser nomeada como “excelência negra”, em que uma pessoa se coloca no lugar de se tornar inspiração e representação para toda a comunidade negra. No entanto, tal estratégia possui dupla função, pois também traz uma pressão extra devido à expectativa constante para que pessoas negras demonstrem um desempenho extraordinário em tudo que se propõem a fazer.

[...] forçadas/os a prover uma performance excelente de nós mesmas/os, uma performance excelente da negritude. Nos tornamos atrizes e atores excelentes de nossas competências; nada medíocre, nada ordinário, nada mediano, mas sim excelente (KILOMBA, 2019, p. 176-177).

As pessoas negras frequentemente se sentem impelidas a continuar ultrapassando seus limites, porém, quando elas atingem seus objetivos as regras do jogo mudam e a linha de chegada é sempre colocada mais à frente, trazendo um alto custo emocional, visto que o branco enquanto padrão hegemônico tem legitimidade para definir quem e quais conquistas serão celebradas. Mesmo quando reconhecem as conquistas obtidas pela população negra, esse reconhecimento vem carregado de ressalvas e microviolências, “o negro quase sempre vive um processo de destituição do seu lugar ou de suas conquistas, porque o olhar do branco e o ideal de brancura não reconhecem como legítimas suas possibilidades e conquistas” (BAPTISTA, 2019, p. 97).

Nas relações de trabalho, a ideologia da meritocracia e da excelência negra se expressam nas subjetividades negras através de uma autocobrança excessiva, em

que são condicionadas a apresentar um desempenho sem margem para falhas, enquanto pessoas brancas se sentem mais confortáveis em cometer erros, pois as relações sociais foram construídas para abarcar as experiências e os valores da branquitude, oferecendo ao seu grupo uma margem maior de tolerância e compreensão em relação aos erros. Por outro lado, pessoas negras lidam com dois cenários distintos, enquanto os erros dos colegas brancos são acolhidos e entendidos como parte do processo de aprendizagem, os erros das/os trabalhadoras/es negras/os são enxergados como sinais de incompetência, de inadequação para o cargo que ocupam, ou ainda motivo para não promoção de carreira.

O cenário exposto acima denuncia o racismo estrutural incorporado nas organizações institucionais, e não deve ser confundido com um racismo a nível pontual (indivíduo/indivíduo), se trata da dimensão de poder de um grupo sobre outro, algo possível devido ao controle de certos grupos sobre o aparato institucional, seja direto ou indireto (ALMEIDA, 2019), que sustenta desigualdades e privilegia uns em detrimento de outros. Tal relação, que se mostra de forma silenciosa e persistente, é geradora de grande fonte de adoecimento físico e mental para a população negra, por levá-la a acreditar que não avançam profissionalmente por incapacidade própria.

No campo profissional, o desmerecimento ocorre pelo questionamento de suas intervenções, pela desconfiança de suas competências, pela falta de reconhecimento das realizações obtidas e nas barreiras para acessar cargos de liderança. A lógica racista estruturante das relações de trabalho é um fator central no adoecimento mental de trabalhadoras/es negras/os visto a desvalorização sistemática de suas habilidades, que gera sentimentos de inadequação e frustração. Levados a acreditar que as dificuldades sentidas no trabalho são causadas por incapacidade individual, os sujeitos negros internalizam discursos racistas, podendo levar ao surgimento de transtornos mentais como ansiedade, depressão, síndrome de burnout, entre outros. A relação entre o adoecimento mental no trabalho e o racismo constantemente é reduzida a diagnósticos clínicos, individualizando mais ainda o sofrimento das/os trabalhadoras/es negras/os, que são submetidos a tratamentos inadequados e insuficientes. A própria Psicologia tradicional, enquanto ciência, legitimou práticas individualizantes, que reduzia o sofrimento psíquico à condição de patologias, e é inocente de nossa parte, enquanto psis, e ainda profissionais das Ciências da Saúde,

supor que essas práticas não acontecem no contemporâneo, elas ainda persistem e devem ser combatidas.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: A CASO DE TRABALHADORAS NEGRAS DO DEPARTAMENTO GERAL DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS DO RIO DE JANEIRO (DEGASE-RJ)

No ano de 2023, passei por uma experiência de estágio que me instigou a pesquisar sobre a temática da saúde mental de mulheres negras no meu Trabalho de Conclusão de Curso, e agora a compartilhar sob o formato de relato de experiência neste artigo. Nos meses entre julho à dezembro, realizei um estágio em Psicologia no Departamento Geral de Ações Socioeducativas - DEGASE, órgão do poder executivo da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, que tem por objetivo executar as medidas socioeducativas de meio fechado (internação provisória, semiliberdade e internação) aplicadas pelo judiciário aos/às adolescentes autores/as de ato infracional. O estágio foi realizado no Núcleo de Promoção à Saúde do Trabalhador - NUPST, no momento em que ocorria o projeto “Saúde em Movimento”, que percorreu as unidades de internação da instituição promovendo ações em saúde como educação física, enfermagem, nutrição e saúde mental para os servidores. Alocada na saúde mental, realizava uma escuta inicial dos servidores, preenchendo suas informações em uma ficha de acolhimento, e informava sobre o convênio que a instituição possuía com um hospital que disponibilizava tratamento em Psicologia e/ou psiquiatria, para onde os encaminhava. Durante essas ações, escutava alguns discursos muito semelhantes de servidoras - mulheres negras - a respeito do trabalho e de suas funções domésticas. Diante disso, elegi um dos casos para analisar, o correlacionando com os conceitos vistos até aqui. Respeitando os aspectos éticos de uma pesquisa, foi disponibilizado para a servidora o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para assinatura.

No estágio, acolhi uma servidora negra que chegou com um autodiagnóstico pronto, desejando passar pelo psiquiatra apenas para o validar e assim obter medicamentos psicotrópicos. O que nos leva a discutir sobre a difusão no meio social

das categorias nosológicas presentes no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), e como essa tendência auxilia nos ideais do neoliberalismo.

O DSM passou por diversas modificações ao longo de suas edições, sendo a mais recente em 2022, que faz uma revisão da edição de 2013. O que podemos observar de mais expressivo nessas mudanças é como os critérios para definir transtornos mentais foram modificados. Desde a terceira edição, o Manual adotou os critérios para classificar um diagnóstico com base somente nos sintomas, não mais por critérios etiológicos (ZORZANELLI; ORTEGA; BEZERRA JR., 2014). Vemos com essa mudança os diagnósticos sendo confirmados por uma espécie de checklist, se o sujeito apresenta uma determinada quantidade de sintomas por um determinado período, um transtorno mental é confirmado. No entanto, o sofrimento psíquico é multifacetado e subjetivo, e a depender dos marcadores sociais que atravessam a subjetividade, os modos de adoecer terão diversas causas, questão praticamente ignorada por esse padrão de checklist. O DSM se tornou um objeto cultural (ZORZANELLI; ORTEGA; BEZERRA JR., 2014), que corresponde às necessidades do momento histórico em que está inserido, não se restringindo ao território médico. O poder de ação do DSM se torna ainda mais amplo por conseguir se inserir no vocabulário cotidiano da população, que consome esses conteúdos e passa a se autodiagnosticar, como no caso da servidora.

No contexto neoliberal, a popularização do DSM é peça fundamental, pois o próprio sujeito passa a “identificar” seus “transtornos”, seja de forma direta recorrendo ao manual, disponível na internet, para fazer o checklist de seus sintomas, ou por meio de plataformas digitais, em que informações médicas podem facilmente ser acessadas. Essa popularização intensifica o fenômeno da patologização da vida e reforça os ideais neoliberais, por sustentar a dinâmica da medicalização e responsabilização individual do sofrimento psíquico. A própria forma estrutural do DSM em classificar os transtornos mentais facilita o sujeito a realizar uma identificação superficial de suas condições psicológicas, distorcendo a compreensão de seu sofrimento psíquico. Isso reflete a lógica neoliberal, pois os sujeitos são levados a se autoresponsabilizar por sua saúde, e incentivados a “identificar” e “corrigir” suas dificuldades de modo independente, com objetivo de manter suas

funcionalidades em um sistema que condena o direito ao cansaço. Essa questão fica clara em determinado momento do acolhimento, quando a servidora afirma que os medicamentos psicotrópicos irão auxiliá-la a ser uma trabalhadora melhor, mas também uma mãe melhor, pois poderia se dedicar de forma mais eficiente no cuidado com a família e nas tarefas domésticas.

Nessa ótica individualizante, as/os trabalhadoras/es recorrem à medicalização para corrigir sua “falha pessoal”, pois no sistema neoliberal a padronização do comportamento é cultuado como ideal, enquanto o desvio dessa norma é patologizado. Guiados pelo culto ao desempenho (SOUSA-DUARTE; MENDES; FACAS, 2020), que dita um modo de ser e estar no mundo onde todos devem performar uma versão perfeita de si, vemos trabalhadoras/es governando a si segundo valores e princípios neoliberais, em que o capital humano deve ser maximizado para responder aos ideais de acumulação.

O próprio desejo do sujeito, sua dimensão mais íntima (SOUSA-DUARTE; MENDES; FACAS, 2020) é alvo de captura do neoliberalismo, cujo efeito esperado é fazer com que ele trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si, o levando a crer que o sucesso da empresa também é seu próprio sucesso. Uma vez que o sujeito “falha” em apresentar uma performance excelente de seu desempenho, o autodiagnóstico acaba sendo utilizado para justificar e até mesmo humanizar as dificuldades sentidas pela/o trabalhadora/o, que busca a via medicamentosa para “corrigir” suas falhas e ser produtivo novamente. O que desloca o foco da necessidade coletiva de lutar por políticas públicas eficazes contra estruturas trabalhistas que provocam adoecimento mental, uma vez que os sujeitos estão condicionados a acreditar que devem se adaptar às normas neoliberais.

A fala da servidora sobre o desejo de cuidar melhor da família e ser mais eficiente nas tarefas domésticas relaciona-se com a divisão sexual do trabalho, sistema caracterizado pela atribuição do trabalho reprodutivo às mulheres e o trabalho produtivo aos homens (HIRATA; KERGOAT, 2007). Segundo esse sistema, pertenceria aos homens as funções de maior valor social e da esfera pública, desempenhando o papel de provedor financeiro da família. Enquanto a esfera privada estaria reservada às mulheres, ou seja, seriam elas responsáveis pelo cuidado doméstico e da criação dos filhos. Essa lógica se sustenta pela falácia da ideologia

naturalista, que rebaixa o gênero ao sexo biológico (HIRATA; KERGOAT, 2007), em que o sexo feminino teria qualidades “naturais” ao cuidado por ser mais “frágil” e “dócil”, características antagônicas ao sexo masculino, que seria mais “forte” e menos propenso à “sensibilidade”.

Contudo, resgatando os ensinamentos da interseccionalidade, de olharmos para o sujeito em sua completude, onde está inserido socialmente e quais marcadores sociais ele carrega, é preciso enxergar para além da questão de gênero, e frisar a negritude da servidora em questão. Lélia Gonzalez identifica na realidade brasileira a existência não apenas da divisão sexual do trabalho, mas também da divisão racial do trabalho. Pensando a partir da interseccionalidade, a autora argumenta que as experiências vividas por mulheres negras na sociedade brasileira são multifacetadas, envolvendo as “dimensões da dominação sexual, de classe e de raça, articuladas nas formas de opressão e hierarquização racial, bem como na formação de identidade de afirmação coletiva” (GONZALEZ, 2020, p. 12). A análise crítica das desigualdades de gênero precisa levar em conta a presença desses múltiplos fatores de opressão e como eles moldam as experiências das mulheres negras, principalmente com relação à categoria trabalho, atravessado pela precarização deixada pela herança da escravidão.

Para somar na análise crítica referente ao sofrimento psíquico expressado pela servidora, trago a questão sobre o mito da fragilidade feminina, de Sueli Carneiro (2003). O mito afirma que as mulheres seriam naturalmente mais frágeis, o que legitimou a relação paternalista de proteção dos homens sobre as mulheres. Porém, aqui a autora faz uma crítica incisiva através do questionamento de “quem seriam essas mulheres?” Pois as mulheres negras não compõem esse contingente de mulheres já que nunca foram tratadas como frágeis e conseqüentemente nunca se viram nesse lugar, pois por séculos as mulheres negras foram trabalhadoras das lavouras, foram vendedoras, quituteiras, prostitutas (CARNEIRO, 2003), sempre estiveram ocupando postos de trabalho desde a escravidão, que não tinha carga reduzida em comparação ao trabalho realizado por homens, por exemplo.

Sendo assim, podemos constatar que mulheres negras, por não estarem nesse lugar da fragilidade, se veem no lugar da força, porém, esse lugar traz adoecimentos pois se precisam ser fortes o tempo todo, é preciso saber “lidar com

tudo”. O cansaço não está autorizado à elas, muito devido ao estereótipo da mulher negra superforte (KILOMBA, 2019), que por um lado pode ser uma estratégia positiva na construção da imagem da mulher negra empoderada, mas por outro lado pode impedir que expressem sua fragilidade e dor diante do racismo, dificultando na denúncia do preconceito que são submetidas e na busca por ajuda. Podemos ver essa lógica sendo expressada no sofrimento psíquico da servidora, que além de lidar com o trabalho produtivo (enquanto servidora do DEGASE), ainda é responsável pelo trabalho reprodutivo, de cuidado com a família e dos afazeres domésticos.

Portanto, chegamos à conclusão que o racismo estrutural provoca a sensação de impotência e inadequação experimentados por sujeitos negros, principalmente no trabalho, os levando a buscar exaustivamente por uma autoestima que não é dada pela sociedade pela via da excelência da negritude. Quando incluímos gênero, a imagem estereotipada da mulher negra superforte contribui para essa lógica, pois elas são impelidas a apresentar uma alta performance de suas habilidades, de modo que não há espaço para falhas, características valorizadas pelo neoliberalismo, as deixando em condições mais fragilizadas de adoecimento psíquico.

DESAFIOS PARA A ATUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE

O título acima foi pensado com objetivo de confrontar não apenas em que lugar as Ciências da Saúde se encontram diante do panorama analisado neste estudo, mas também de questionar qual posição escolhemos assumir em nosso fazer prático. De que lado estamos? Na luta pelo estabelecimento de existências de vida digna? Ou na manutenção de um sistema normativo exploratório?

Historicamente, a Psicologia foi fundada em saberes eurocêntricos, positivistas e empiristas que reduzia o ser humano a um mero objeto de estudo, perspectiva que enfatizava a visão individualista do sofrimento psíquico, que serviu para atender às demandas do *status quo*, operando na sustentação das estruturas desiguais de poder (GUIMARÃES JUNIOR; FREITAS, 2024).

No campo do trabalho não foi diferente. Inicialmente, a inserção da Psicologia nas organizações industriais se deu através do ajustamento do sujeito ao sistema de trabalho, muito na ideia de encontrar o “homem certo para cada função”, com foco

em gerar maior produtividade, prática que estava alinhada às expectativas da empresa (Codo, 1984). Neste universo, o papel da Psicologia do trabalho se resumia a manter o estado de funcionalidade das/os trabalhadoras/es, sem questionar as causas estruturais que pudessem estar interferindo na capacidade produtiva dos sujeitos.

A Psicologia é um campo de constante disputa devido à sua capacidade de tecer narrativas e legitimá-las enquanto verdades absolutas, visto que ela não é uma ciência neutra, pois está situada em contextos histórico-sociais, políticos e econômicos e, portanto, será moldada pelas demandas do momento em que esteja inserida.

Assim sendo, reafirmamos a necessidade de se adotar a mirada interseccional em nosso fazer profissional, reconhecendo-a como uma ferramenta analítica poderosa para compreender os processos adoecedores que afetam as subjetividades. Isso porque a interseccionalidade possibilita reconhecer os impactos que diferentes marcadores sociais exercem nessa dinâmica. Apostar na interseccionalidade é um compromisso que vai muito além do princípio ético, mas é também assumir uma posição militante. Trata-se de desenvolver uma atuação que localiza e responsabiliza os sistemas desiguais de poder na produção de adoecimentos, nos afastando de práticas patologizantes e medicalizantes.

Considerando os aspectos expostos acima, no campo do trabalho e da cena de acolhimento da servidora, nós, profissionais de Psicologia e demais áreas de Ciências da Saúde, devemos compreender o adoecimento psíquico das/os trabalhadoras/es enquanto uma produção histórico-social. O que não significa ignorar a possibilidade da existência de um adoecimento orgânico, mas é sobre não cair na armadilha de que se trata somente de uma questão biológica, pois do contrário, poderemos cair no risco de individualizar o sofrimento de trabalhadoras negras, como o da servidora, as submetendo a tratamentos medicalizantes desconexos de suas realidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frequentemente o sofrimento psíquico no trabalho é tratado como uma problemática individual, enquanto as influências de marcadores sociais, como raça e gênero, são ignorados nessa dinâmica. Este trabalho teve como objetivo analisar como o sistema neoliberal, associado ao racismo e sexismo, agrava o sofrimento e casos de adoecimento psíquico de trabalhadoras negras, tomando para discussão o caso de uma trabalhadora de uma unidade do sistema socioeducativo do Rio de Janeiro. Além disso, buscou compreender como os mecanismos de medicalização e patologização são utilizados para invisibilizar as causas estruturais e históricas desses adoecimentos. Espera-se que a denúncia revelada aqui possa contribuir para o fortalecimento do compromisso social da Psicologia brasileira e das Ciências da Saúde com os grupos marginalizados, uma vez que coloca no centro da discussão as múltiplas violências que mulheres negras estão sendo submetidas no trabalho, colaborando com um projeto ético, político e socialmente comprometido de uma Psicologia aliada com as reais necessidades de populações vulnerabilizadas.

Os resultados deixam claro que a ação desses mecanismos no sofrimento psíquico de trabalhadoras negras está relacionada com os princípios neoliberais em que operam discursos de eficiência e máxima produtividade, não apenas no trabalho, mas em todas as atividades que o sujeito deve realizar. Tal ação traz como consequência a invisibilização de fatores históricos que provocam as desigualdades experienciadas por mulheres negras, além de culpabilizá-las por não atingirem as metas exaustivas nas funções que são responsáveis. O poder de ação do neoliberalismo se intensifica na medida em que se associa aos marcadores sociais que atravessam certas identidades.

No caso deste estudo, os marcadores analisados foram os de raça e gênero. O racismo por si só impõe às pessoas negras manifestarem uma excelência de si na execução de suas tarefas, numa tentativa de buscar o mesmo reconhecimento que pessoas brancas já possuem, além de, a nível individual, mudar a percepção racista que a sociedade tem sobre todo o grupo negro. Justamente o ideal valorizado pelo neoliberalismo, em que o sujeito deve se desempenhar ao máximo para produzir resultados, superando a si constantemente, o sujeito precisa estar em competitividade com os outros e com ele mesmo. Isso traz uma exaustão psíquica e física para pessoas negras devido ao esforço extra de provar competência.

Ademais, foi analisado o marcador social de gênero, em que os resultados mostraram que a identidade “mulher” potencializa o sofrimento psíquico do estudo de caso em questão, visto que essas identidades estão submetidas a uma jornada de trabalho incessante, devido à divisão sexual e racial do trabalho, que estabelece para mulheres a responsabilidade pelo trabalho produtivo (formal), além do trabalho reprodutivo, isso é, de cuidado com a família e dos afazeres domésticos. A presente discussão deixou claro como determinadas identidades são capturadas mais facilmente pelos princípios do neoliberalismo devido aos marcadores sociais presentes nessas subjetividades. Tal hipótese foi confirmada pela experiência vivida no campo de estágio e pela metodologia utilizada. Além disso, foi possível confirmar o uso de mecanismos sociais, como a medicalização e a patologização da vida, agindo como opressores na vida da servidora. Eles serviram para extrair dela tanto o ideal de trabalhadora determinado pelo neoliberalismo, quanto para mascarar as verdadeiras causas do sofrimento psíquico observado, advindas de fatores históricos e sociais, como a colonização que fundou nosso país, e seus resquícios que seguem presentes nas condições desiguais de trabalho.

Além do mais, enquanto profissionais de Psicologia e das Ciências da Saúde, temos que escapar de práticas medicalizantes, precisamos refinar nossa atuação, tendo o cuidado para não individualizar o sofrimento psíquico daqueles que nos chegam, tomando como ferramenta a interseccionalidade, instrumento metodológico capaz de promover reflexões críticas sobre os impactos que a intersecção de sistemas de opressão causam na vida dos sujeitos. O que não significa desconsiderar superficialmente o uso de medicamentos psicotrópicos, mas sim de entender que nem tudo se resume a isso, e que para algumas identidades o adoecimento pode ser causado por razões de violência - histórica, material e simbólica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**, São Paulo: Pólen, 2019. 264.

AZEVEDO, C. M. M. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites - século XIX, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In*: CARONE, I. *et al.* **Psicologia Social do racismo**: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

BENTO, M. A. S. **O pacto da branquitude**. 1. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERCITO, D. Pandemia democratizou poder de matar, diz autor da teoria da necropolítica. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/pandemia-democratizou-poder-de-matar-dz-autor-d-teoria-da-necropolitica.shtml>. Acesso em: 20 nov. 2024

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano. 2003. Cap: 07. p. 49-58. Disponível em: https://www1.unicap.br/ne-abi/?page_id=137#_ftn1. Acesso em: 3 dez. 2024.

CARNEIRO, S. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

CASTELO, C. Uma incursão no lusotropicalismo de Gilberto Freyre. **Blogue de História Lusófona**, [online]. 2022, p. 261-280. Disponível em: <https://nyemba.uni-lab.edu.br/wp-content/uploads/2017/03/lusotropicalismo-de-Gilberto-Freyre-HOJE.pdf>. Acesso em: 7 out. 2024.

CISNE, M.; OLIVEIRA, F. I. E. Vozes de resistência no Brasil colonial: o protagonismo de mulheres negras. **Revista Katálisis**, Santa Catarina, v. 25, n., p. 191-201, maio 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e84661>. Acesso em: 26 out. 2024.

CODO, W. O papel do psicólogo na organização industrial: notas sobre o "lobo mau" em psicologia. *In*: LANE, S. T. M. & CODO, V. (Orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos**. Conselho Federal de Psicologia, Brasília, agosto de 2005.

DARDOT, P. & LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DOMINGUES, P. J. O mito da democracia racial e a mestiçagem em São Paulo no pós-abolição (1889-1930). **Tempos Históricos**, [S. l.], v. 5, p. 275-292, 2013. <https://doi.org/10.36449/rth.v5i0.8019>. Acesso em 12 de out. de 2024.

EHRENBERG, A. (2010). **O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa**. São Paulo: Ideias & Letras.

FANON, F. **Condenados da terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1961.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, J. B. Vida e morte no mundo do trabalho: neoliberalismo como patologia bio e necropolítica. In: **Psicopolítica e psicopatologia do trabalho**. Sousa-Duarte, F.; Mendes, A. M.; Facas, E. P. (Orgs.). Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

FRATESCHI, Y. O pensamento feminista negro de Sueli Carneiro para além dos reducionismos de classe e gênero. **Blog: Boitempo**, [online], 22 out. 2021. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2021/10/22/o-pensamento-feminista-negro-de-sueli-carneiro-para-alem-dos-reducionismos-de-classe-e-genero/>. Acesso em: 26 out. 2024.

FREYRE, G. Aspectos da influência africana no Brasil, **Cultura - MEC**, Brasília, n. 6, v. 23, out./dez. 1976. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2433/243320976021.pdf>. Acesso: 04 out. 2024.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**: a formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal. 48. Ed. São Paulo: Global, 2003.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUIMARAES JUNIOR, S. D.; **Poeiras de vida: terceirização, subjetividade e possíveis resistências**. 1º Ed. Porto Alegre: Fi, 2023.

GUIMARAES JUNIOR, S. D.; FREITAS, L. G. Um olhar decolonial para a psicologia do trabalho no Brasil: Epistemologias e imaginários para além da mercado-lógica do capital. **Trabalho (En)Cena**, [S. l.], v. 9, n. Contínuo, 2024. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/encena/article/view/19528>. Acesso em: 13 nov. 2024.

HARVEY, D. (2011). **O Neoliberalismo: história e implicações**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola.

HIRATA, H. & KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 nov. 2024.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, A. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MACHADO, D.; COSTA, M. L. W.; DUTRA, D. Outras Epistemologias para os Estudos de Gênero: feminismos, interseccionalidade e divisão sexual do trabalho em debate a partir da América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 12, n. 3, p. 229-248, 20 dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.21057/repamv12n3.2018.30554>. Acesso em: 3 dez. 2024.

MARTÍN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia**, 2(1), 7-27. 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/T997nnKHfd3FwVQnWYYGdqj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 dez. 2024.

MARTINS, D. T. F. Da ideologia do branqueamento à branquitude. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 21, n. 230, p. 106-116, 1 set. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/60369>. Acesso em: 20 out. 2024.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MOURA, C. O racismo como arma ideológica de dominação. **Revista Princípios**, Online, n. 34, ago-out 1994, p. 28-38. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/revistas/principios/pdf/034.pdf>. Acesso em: 26 out. 2024.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Cadernos PENESB - Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira, Niterói: UFF, n. 5, p. 15-34, 2004. Disponível em: <http://penesbi.uff.br/wp-content/uploads/sites/573/2019/02/Penesb-5-Texto-Kabenguale-Munanga.pdf>. Acesso em: 19 set. 2024.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processos de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 1978. 183 p.

NEVES, *et al.* A psiquiatria sob o neoliberalismo: da clínica dos transtornos ao aprimoramento de si. *In: Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. SAFATLE, V.; SILVA JUNIOR N; DUNKER, C. Belo Horizonte, Autêntica, 2020.

NOGUEIRA, I. B. Cor e inconsciente. *In: KON, N. M.; SILVA, M. L.; ABUD, C. C.* (Orgs.). **O racismo e o negro no Brasil**: questões para a psicanálise. 1. Ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019. p. 97-101.

QUIJANO, A. A colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In: LANDER, Edgardo* (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005a. p. 107-130. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 05 out. 2024.

SOUSA-DUARTE, F.; MENDES, A. M.; FACAS, E. P. (Orgs.). **Psicopatologia do Trabalho**. 1 Ed. Porto Alegre, RS: Fi, 2020.

ZORZANELLI, R. T.; ORTEGA, F.; BEZERRA JÚNIOR, B. Um panorama sobre as variações em torno do conceito de medicalização entre 1950-2010. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 6, p. 1859–1868, jun. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232014196.03612013>. Acesso em: 16 nov. 2024.